

**CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE**  
**ATA DA TRIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA**  
**1991/1995**

Nos dias 03 e 04 de agosto de um mil novecentos e noventa e quatro, na sala de reuniões do Conselho Nacional de Saúde, realizou-se a Trigésima Oitava Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde, do período de um mil novecentos e noventa e um a um mil novecentos e noventa e cinco. O Exmo. Sr. Ministro de Estado da Saúde, Dr. Henrique Santillo, fez a abertura da reunião. Cumprimentou o Plenário e passou as seguintes informações: dia primeiro de agosto, teve início o programa de rádio "Saúde no AR", transmitido por quatrocentas emissoras AM, do Nordeste, tendo como tema principal a educação em saúde, e pretende até o final do ano, ampliá-lo para outras regiões; a Comissão Interministerial de Licitação para aquisição de produtos farmacêuticos e correlatos recebeu o projeto para hemoderivados, para unidades localizadas em São Paulo, Belo Horizonte e Recife. Informa ainda que no dia oito de agosto será implantado nos núcleos de saúde pública das universidades do Nordeste, o programa para formação de conselheiros em saúde. Passou-se em seguida a palavra para os conselheiros. **Conselheiro Aboim** relatou a situação crítica da Saúde no Rio de Janeiro e do orçamento para o Ministério da Saúde. Indagou ao Senhor Ministro se seria interessante o Conselho Nacional de Saúde iniciar um movimento com o objetivo de definir o orçamento para a Saúde. O Senhor Ministro considerou oportuna a proposta reforçando que esta deveria ser implementada imediatamente, tendo em vista a discussão atual sobre orçamento de 1995. Reiterou a necessidade de se aprofundar a discussão sobre financiamento para a Saúde e colocou-se à disposição para apoiar de todas as formas a iniciativa, inclusive apoio logístico. Reconheceu a dramaticidade da questão referente a repasse de recursos e informou que os quatrocentos milhões de Reais são para todo o seu custeio e investimento e que só com serviços prestados serão necessários seiscentos milhões de Reais/mês e para outras despesas mais duzentos milhões, ou seja, total mínimo de oitocentos milhões de Reais/mês. O Ministro afirmou que os governos estaduais precisam participar mais ativamente do custeio da Saúde e que os governos municipais têm aumentado a sua contribuição. Reconheceu que a tabela do SUS é baixa, a solução deverá ser negociada na área federal, de forma equilibrada. Sugeriu convocação de representantes das Misericórdias, FENAESS, FBH, CONASS, CONASEMS e Congresso Nacional para discutirem a proposta de sobrevivência até o final do ano e o orçamento 1995. O Coordenador Geral voltou a palavra aos conselheiros, mas antes cumprimentou os novos membros representantes das Misericórdias, da ABRAMGE e do Ministério do Trabalho e lamentou a impossibilidade da presença do representante do Ministério da Fazenda. A Conselheira **Rosemary** relatou as dificuldades vivenciadas pelos renais crônicos, aumentando a angústia na medida em que a situação se agrava e os hospitais atendem somente urgências e emergências. O Senhor Ministro concordou com as ponderações da conselheira e falou que a situação dos renais crônicos foi ressaltada na negociação por mais recursos. Reiterou a oportunidade do Conselho Nacional de Saúde discutir a questão e ainda comprometeu a dar seu total apoio à iniciativa. O conselheiro **Amorim** reconheceu o empenho dos Ministros da Saúde anteriores e especialmente do atual, no sentido de resolver o problema de financiamento para a Saúde. Falou da preocupação com a situação dos hospitais e perguntou porque a conversão para pagamento de serviços prestados foi feita com o valor de CR\$ 3.572,00 (Três mil, quinhentos e setenta e dois Cruzeiros Reais), já que receberam com atraso. Isto foi fruto de acordo com a Frente Parlamentar de Saúde, FENAESS, FBH, CONASS e CONASEMS. Informou que os dados técnicos poderão ser conseguidas com o Dr. Gilson Carvalho. O Senhor Ministro justificou sua necessidade de se retirar da reunião devido a compromissos, reiterando a possibilidade do Conselho se reunir de forma extraordinária, para discutir as questões emergentes apontadas por ele, e o orçamento para 1995. O Conselheiro **Dellape** pediu a palavra para relatar a reunião em que participou juntamente com representantes do Ministério da Fazenda, CONASS, CONASEMS, FBH e FENAESS, para discutir a pendência do pagamento de serviços prestados. Reuniu-se também com o Ministro da Fazenda solicitando uma solução para conseguirem sobreviver até dezembro. O Conselheiro **Kômora**, por estar participando pela primeira vez, agradeceu a todos a oportunidade de se integrar ao Conselho. A Conselheira **Zilda Arns** comentou que as discussões sobre recursos para a saúde são extensas e que justificam uma reunião extraordinária. Passou-se à Ordem do Dia: **Item 01 - QUESTÕES ORÇAMENTÁRIAS** - O Coordenador Geral **Nelson Seixas** apresentou o convidado, Diretor Executivo do Fundo Nacional de Saúde, Dr. Sebastião Carlos Alves Grilo, que abordou dois pontos: pagamento dos serviços do SUS e Orçamento para 1995. Apresentou o documento "Fluxo de Caixa - MS/95" concluindo que o saldo atual disponível jamais chegaria até o final do mês de outubro/94. Com relação ao orçamento de 1995, explicou que ainda não está concluído porque a área econômica do governo não divulgou o teto orçamentário até o momento. Esclareceu que a proposta do CNS terá que passar pela Junta Deliberativa observando o prazo final de trinta e um de agosto. Concluída a apresentação abriu-se para o debate. O Dr. Grilo esclareceu que incluiu pessoal ativo e inativo. O Conselheiro **Akel** sugeriu a distinção de ativos e inativos dentro do orçamento. A conselheira **Rosemary** solicitou esclarecimentos sobre o repasse de recursos referentes a serviços prestados. O Dr. Grilo esclareceu que foram repassados os recursos devidos. A Conselheira **Zilda Arns** perguntou se o orçamento inclui medicamentos básicos e o Dr. Grilo respondeu que a responsabilidade de aquisição e distribuição de medicamentos é da CEME, e que é impossível manter rede com medicamentos sem recursos para serviços. A Conselheira solicitou que registrasse em ata que a prioridade número um do orçamento deveria ser é o atendimento à criança. O Assessor Elias Jorge apresentou o tema **Orçamento de 1995**. O Assessor distribuiu o documento "Arrecadação dos impostos e contribuições federais". Prestou informações dizendo que o Conselho tem proposta de orçamento clara já encaminhada ao Congresso Nacional, faltando força política para implementá-lo. O Plenário considerou a necessidade de uma campanha política e nesse sentido designou uma

1

66 comissão formada pelos conselheiros Akel, Seixas e o Assessor Elias Jorge para redigirem proposta de resolução  
67 sobre o assunto. O Dr. **Gilson Carvalho** reiterou a necessidade do Conselho atuar politicamente nesta matéria. -  
68 **COMISSÃO TRIPARTITE** - O Dr. **Gilson de Carvalho**, apresentou a posição dos repasses de recursos para o  
69 Ministério da Saúde e concluiu que antes de se tentar novas propostas deveria ser dada chance para o Sistema se  
70 firmar. Esclareceu sobre a necessidade do Conselho conversar com o Senhor Presidente da República e com os  
71 partidos políticos para garantir mais recursos para o setor. O Coordenador Geral leu os **Informes**. No seu item 14,  
72 indicação de representante para a Reunião Nacional sobre Asma. Ficou definido que a Coordenação Materno-Infantil,  
73 por ter participado do processo de discussão, iria indicar uma pessoa para representar o Conselho. **Leitura e**  
74 **Aprovação da Ata Anterior** - Foram feitas correções pelas conselheiras **Zilda Arns e Rosemary**, e aprovada com  
75 as seguintes alterações: A Conselheira Zilda perguntou sobre a segurança das camisinhas, se existem pesquisas a  
76 respeito do assunto, já que o Ministério da Saúde utiliza o termo "sexo seguro", dando a impressão de cem por cento  
77 de segurança. A Dra. Lair Guerra, Coordenador do DST/AIDS, informou que a margem de segurança do preservativo  
78 é de noventa e cinco por cento com inúmeras pesquisas no mundo inteiro sobre a eficácia do preservativo na  
79 prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, e a Saúde pública tem que usar o termo "sexo seguro" e  
80 consequentemente tratamento seguro. A conselheira Rosemary pediu que constasse que foram levantadas questões  
81 sobre quais condutas éticas eram asseguradas aos voluntários para os testes para a vacinação anti HIV: protocolos,  
82 responsabilidade sobre intercorrências, pagamento aos voluntários, garantia legal dos pesquisadores para evitar  
83 perseguições ou retaliações aos grupos de homo e bissexuais, explicações sobre dificuldade na implantação do centro  
84 de pesquisa no Estado de São Paulo; a discussão também se dirigiu para a garantia do controle de qualidade do  
85 sangue e grau de segurança da camisinha. O Conselheiro **Omilton** solicitou adiamento da Oficina de Trabalho sobre  
86 Vigilância Sanitária para outubro. O Conselheiro **Santini** registrou que a questão dos defensivos agrícolas não está  
87 sendo discutida pela Vigilância Sanitária. **Item 2 - VACINA ANTI-MENINGITE** - Convidado: Gerson Penna, que  
88 apresentou os co-relatores Darci Tavares Pinto e Helen Alves Freitas. O expositor, diretor do Centro Nacional de  
89 Epidemiologia, fez breve histórico da meningite desde 1972 até 1994. Relatou que no município do Rio de Janeiro  
90 em 1993, o número de casos da doença aumentou sendo novamente discutido o uso da vacina. A Comissão Brasil-  
91 Cuba, para analisar o emprego da vacina foi desfeita, surgindo nova comissão que, após estudos, decidiu pelo uso da  
92 vacina em indivíduos maiores de quatro anos, observando a necessidade de reavaliação. Sugeriu audiência com o  
93 Presidente da República para apresentar a proposta. A Conselheira **Rosemary** indagou se o interesse implícito é o de  
94 reduzir o atendimento e privatizar a Saúde. O Senhor Ministro decidiu pelo uso da vacina inicialmente no estado do  
95 Rio de Janeiro, sob o controle da FIOCRUZ e só após estudos, ampliado para os outros estados. **Item 3 -**  
96 **COMISSÕES INTERSETORIAIS E TÉCNICAS - Comissão Intersetorial de Ciência e Tecnologia** - Presente a  
97 Coordenadora, Dra. Marília Bernardes e a pesquisadora, membro da comissão, Dra. Albanita. Recomendação nº 01 -  
98 Participação da comissão nas reuniões plenárias do CNS - Aprovada, transformando-se em resolução. Recomendação  
99 nº 02 - Matérias referentes à Ciência e Tecnologia na pauta - Aprovada e transformada em resolução. Recomendação  
100 nº 03 - Pesquisas em saúde conduzidas no exterior - Após nova redação apresentada pela Coordenadora foi aprovada  
101 e transformada em resolução, englobando a Recomendação nº 04, que tinha como assunto o credenciamento de  
102 centros de pesquisa em seres humanos a Comissão Intersetorial de Ciência e Tecnologia terá o prazo de trinta dias  
103 para apresentar propostas de alteração da Resolução nº 01/88 - CNS. A comissão proposta, constituída pela  
104 CICT/CGCDT-MS, deverá apresentar na próxima reunião plenária, proposta para credenciamento de centros de  
105 pesquisa. Moção nº 02 - Para revogar Aviso Reservado nº 07, sendo aprovada. **Comissão Técnica de Atuação**  
106 **Profissional na Área da Saúde** - Encaminhou as recomendações sem prazo possível para entrar em pauta. **Comissão**  
107 **Intersetorial de Recursos Humanos** - A Coordenadora **Joana Azevedo** estava presente, relatou e distribuiu o "  
108 Programa de Gerência para a Qualidade em Saúde". Apresentou o programa que tem como objetivo a capacitação  
109 gerencial para o SUS, através de parcerias entre gestores, conselhos de saúde e instituições formadoras, com o  
110 objetivo de buscar melhor qualidade de atenção à saúde. A expositora esclareceu que a capacitação de conselheiros se  
111 refere ao apoio às iniciativas municipais solicitantes. A Conselheira **Ana Maria** relatou que no I Encontro Nacional  
112 de Conselheiros da Saúde, as profissões ligadas à reabilitação fizeram encaminhamentos. A Dra. Joana esclareceu que  
113 o projeto engloba as profissões e que está aguardando que os conselhos e entidades encaminhem suas propostas.  
114 **Comissão Nacional de Reforma Psiquiátrica** - Recomendação nº 01 - Indicação de Coordenadora - Aprovada em  
115 forma de portaria. Recomendação nº 02 - Tornar bimestral as reuniões - Aprovada em forma de resolução.  
116 Recomendação nº 03 - Aprovar regimento interno - Aprovado por unanimidade, transformando-se em resolução.  
117 Recomendação nº 04 - Alterar o número de membros da Comissão - Aprovado, acrescentando representante da  
118 Federação Nacional das APAEs, OAB, ABONG e Entidades de Saúde dos Trabalhadores, transformando-se em  
119 resolução. **Comissão Nacional de AIDS** - O representante do CNS na comissão, Conselheiro Pedro Tauil, relatou que  
120 na primeira reunião foram discutidos os preparativos para comemoração do Dia Nacional de Luta Contra AIDS. A  
121 próxima reunião está prevista para o dia 31/08. O Coordenador Geral sugeriu que ficasse pautado para a Trigesima  
122 Nona Reunião Ordinária do CNS, informes sobre a mesma. **Mesa Nacional de Negociação** - O convidado, Dr.  
123 Afonso, relatou que a última reunião não aconteceu por falta de quorum e a próxima está agendada para 30/08 com a  
124 seguinte pauta: Situação dos atendentes de enfermagem; Agilização de portaria de nomeação dos componentes e  
125 aprovação do regimento; Implementação das mesas municipais e estaduais. O Conselheiro **Sabino** pediu a palavra  
126 para denunciar o estado de calamidade em que se encontra o setor saúde em seu estado (Alagoas). O Conselheiro  
127 **Danilo** informou que fez parte de uma comissão com o objetivo de verificar a situação vigente no estado de Alagoas.  
128 Elaboraram documento relatando os problemas políticos, falta de compromisso, corporativismo, atuação dos  
129 sindicatos, etc. que será encaminhado à Comissão Tripartite e posteriormente ao Conselho. O Conselheiro **Justino**

sugere alteração do nome da Comissão Nacional de Reforma Psiquiátrica para Comissão Nacional de Saúde Mental. O Plenário foi contrário ao pleito. **Item 05 - APRESENTAÇÃO DAS AÇÕES EM DESENVOLVIMENTO PELO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CONANDA** - Os convidados não compareceram, a conselheira **Zilda Arns** que é membro do Conselho justificou a ausência. **Item 06 - SITUAÇÃO ATUAL DO PROGRAMA DE ATENÇÃO À SAÚDE DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA NO SUS E INFORMAÇÕES DA COORDENAÇÃO DE SAÚDE MENTAL** - A convidada, Maria de Lourdes Canziani fez um breve histórico sobre a criação da CORDE, explicando que a mesma encontra-se vinculada ao Ministério do Bem-Estar Social mas que a sua missão é supra ministerial. Trabalha com uma série de programas básicos visando a reintegração do portador de deficiência. A convidada Eliane Seidl apresentou a proposta de trabalho da Coordenação de Saúde Mental, onde é dada prioridade à Reforma Psiquiátrica. Enfatizou a mudança do modelo de assistência à saúde mental, contando com trabalho extra hospitalar e ambulatorial, assimilando novas práticas de atendimento. Mencionou também o estudo referente a direitos humanos e civis dos portadores de transtornos mentais, adequando a Lei às propostas da Reforma Psiquiátrica, reformulando as ações de sua coordenação. A convidada Sheila Miranda descreveu a situação da pessoa portadora de deficiência no âmbito do SUS, fez breve histórico relatando a situação vigente. Enfatizou a importância da prevenção e disse da dificuldade em se delimitar o campo de ação e o papel dos prestadores na assistência ao deficiente. Reconheceu uma evolução de forma não paternalista pelo Ministério da Saúde, principalmente em relação à órtese e à prótese. Enfatizou ainda, a necessidade de se trabalhar de forma articulada com os setores envolvidos. **Item 08 - RELATÓRIO DA COMISSÃO DE PROBLEMA DA UNICAMP - Voluntários para pesquisa do Departamento de Farmacologia** - O relator, ex-conselheiro **Carlini**, como representante do CNS, apresentou o parecer elaborado pela Comissão designada pelo CNS composta por: Dr. Adib Jatene, da Academia Nacional de Medicina, Osvaldo Luiz Ramos, da AMB, Nelsivone Soares de Melo, do CFM e Walderez Monteiro Tomaini do PROCON-SP, respondendo os quesitos do Senhor Promotor, Dr. José Roberto Albejante, nas questões referentes a: valor da indenização associada à ocupação do voluntário, comprovação das despesas efetuadas, valor calculado em relação à Resolução CNS-01/88 e ainda, remuneração como atrativo à população carente. A resposta do parecer revelou que o centro de pesquisa não está desacatando a Lei, e quem deverá deliberar sobre o assunto é o comitê de ética de cada instituição da comunidade onde estão inseridos os voluntários. O parecer foi aprovado pelo Plenário por unanimidade. O Coordenador Geral aproveitou a oportunidade para solicitar colaborações para agilizar o processo de credenciamento de centros de pesquisa. Em seguida foi lido o documento "Manifestação do Conselho Nacional de Saúde à Sociedade - Violência à saúde - Sofrimento e morte do povo brasileiro", encaminhado para aprovação. O Plenário desaprovou o manifesto. **Item 04 - CONFERÊNCIAS NACIONAIS ESPECÍFICAS** - II Conferência Nacional de Saúde dos Povos Indígenas - A relatora, conselheira **Rosemary**, apresentou o relatório final, sendo aprovado na íntegra e solicitou que fosse encaminhado à CISI. **Item 10 - APRECIÇÃO DE PEDIDOS DE ABERTURA DE CURSOS SUPERIORES DA ÁREA DA SAÚDE** - O conselheiro **Rodolfo** apresentou seu **parecer favorável** à abertura do Curso de Ciências Biológicas da Associação São Bento de Ensino de Araraquara-SP, sendo o parecer aprovado pelo Plenário, deferindo-se o curso. O conselheiro **Seixas** apresentou seu **parecer favorável** à abertura do Curso de Farmácia e Bioquímica do Instituto Americano de Lins da Igreja Metodista, sendo aprovado pelo Plenário, deferindo-se o curso. O relator fez alterações no parecer no que se referiu à carreira de sanitarista de São Paulo. Houve uma polêmica concernente à publicação do Jornal O Estado de São Paulo sobre o Conselho Federal de Educação. O Plenário discutiu as questões e manteve a avaliação dos cursos que já haviam dado entrada neste Conselho. O conselheiro **Seixas** apresentou ainda o **parecer contrário** à abertura do Curso de Farmácia e Bioquímica do Instituto Treze de Junho, de Adamantina-SP, o qual foi aprovado pelo Plenário, indeferindo o curso. O conselheiro **Justino** fez a visita e aguarda informações complementares para confecção ao parecer sobre abertura do Curso de Educação Física do Centro Ivaiporaense de Ensino e Cultura-PR. O conselheiro **Justino** apresentou seu **parecer contrário** do processo de abertura do Curso de Fisioterapia do Instituto Cultural e Educacional de Medianeira-PR, devido o endereço constante do processo ser desconhecido e correspondência ter ficado sem resposta. A entidade é desconhecida pelos moradores da cidade. A decisão do Plenário foi favorável ao parecer sendo indeferido o curso arquivando-se o processo. A conselheira **Albaneide** apresentou seu **parecer contrário** à abertura do Curso de Nutrição da Associação Educacional Frei das Mercês, sendo aprovado pelo Plenário, indeferindo o curso. Apresentou ainda o **parecer contrário com arquivamento** do processo de abertura do Curso de Nutrição do Centro Agrônomo e Pesquisa de Pindamonhangaba. O Plenário aprovou o parecer, indeferindo o curso. A conselheira **Albaneide** apresentou o **parecer contrário** à abertura do Curso de Fonoaudiologia da Associação Educacional de Ribeirão Preto-SP, pelo fato de a mantenedora não existir. O Plenário aprovou o parecer e pelo **arquivamento** do processo. Apresentou também o **parecer contrário** à abertura do Curso de Fonoaudiologia da Sociedade de São Luiz Ltda., devido a Sociedade ser "Limitada". O Plenário aprovou o parecer indeferindo o curso. A conselheira **Albaneide** disse que não recebeu o processo de pedido de abertura do Curso de Nutrição da Associação de Ensino Superior do Centro-Oeste. O Plenário decidiu pelo **adiamento** da apreciação do pedido. Apresentou também o **parecer contrário** à abertura do Curso de Fonoaudiologia da Associação Educacional de Ribeirão Preto-SP, por não cumprir seu papel social. O Plenário aprovou o parecer, indeferindo o curso. A conselheira apresentou ainda o **parecer contrário** à abertura do Curso de Fonoaudiologia da Associação Educacional Zona Norte, sendo aprovado pelo Plenário, indeferindo o curso. Apresentou também seu **parecer contrário** à abertura do Curso de Fonoaudiologia do Instituto Anchieta de Ensino - SP, aprovado pelo Plenário, sendo indeferido o curso. O Conselheiro **Eurípedes** apresentou seu **parecer contrário** à abertura do Curso de Educação Física da Sociedade Educacional Metropolitana-MT - UNIRONDON, sendo aprovado pelo Plenário, indeferindo o curso. Apresentou ainda seu **parecer contrário** à

3

abertura do Curso de Farmácia e Bioquímica, também da Sociedade Educacional Metropolitana - MT. O Plenário aprovou o parecer, indeferindo o curso. O conselheiro apresentou também seu **parecer contrário** à abertura do Curso de Educação Física do Centro Cuiabano de Educação e Cultura-MT. O Plenário aprovou o parecer, indeferindo o curso. Apresentou ainda seu **parecer contrário** à abertura do Curso de Educação Física do Centro de Ensino Superior e Pesquisa de Mirasol D'Oeste, sendo aprovado pelo Plenário, indeferindo o curso. A conselheira **Albaneide** pediu novamente a palavra para apresentar seu **parecer contrário** à abertura do Curso de Fisioterapia da União da Associação Educacional Sul Matogrossense-MS, sendo aprovado pelo Plenário, indeferindo o curso. Apresentou ainda seu **parecer contrário** à abertura do Curso de Fisioterapia da Associação de Ensino Marechal Cândido Rondon - Araçatuba - SP. O Plenário aprovou o parecer, indeferindo o curso. A conselheira pediu **adiamento** da apreciação do pedido de abertura do Curso de Naturologia. O Plenário decidiu que fosse encaminhado às comissões CIRH, CT/APAS e CTIT visando parecer. A conselheira apresentou também seu **parecer favorável** à abertura do Curso de Educação Física da União da Associação Educacional Sul-matogrossense. O Plenário aprovou o parecer, sendo deferido o curso. O conselheiro **Eurípedes** solicitou a palavra para comunicar sua saída do Conselho Nacional de Saúde. Informou também que os processos de cursos ainda pendentes encontravam-se com o seu suplente Dr. Ivan de Moura Fé. Também encaminhou proposta de resolução sobre a inclusão do módulo de Medicina Preventiva e Social, só no internato como na graduação em Medicina. O plenário aprovou na íntegra o texto. Terminou sua fala, despedindo-se do Plenário. O Coordenador Geral agradeceu a importante participação do conselheiro, e comentou que a saída se deu em função da necessária rotatividade de representação da entidade. **Item 09 - PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO DO INDEFERIMENTO DO CURSO DE ODONTOLOGIA DA FUNORTE** - O conselheiro **Amorim** apresentou **parecer favorável** à abertura do curso, informando que o Conselho Estadual de Saúde/MG e o Conselho Municipal de Saúde de Montes Claros posicionaram-se favoráveis ao pleito. A discussão no Plenário foi polêmica, polarizada em duas posições: aprovação imediata do pleito e adiamento para a próxima reunião com a presença do conselheiro que emitiu parecer contrário ao Pleito. A conselheira **Laura** solicitou pedido de vistas e o Plenário não aprovou, porque já tinha pedido de vistas e se tratava do mesmo processo. Colocou-se em votação em dois tempos: primeira votação - sendo aprovado o julgamento imediato. No segundo tempo, estava em votação o parecer do conselheiro relator, sendo **aprovado**, e assim, **deferido** o curso. O conselheiro **Cármio** registrou sua insatisfação por não estar presente à reunião quando se discutiu o tema sobre a vacina contra meningite, pois sua posição e da SES/SP são contrárias à aplicação da vacina. Foram discutidas as propostas de Resoluções 124 e 125 do CNS. A Resolução 124 foi aprovada da seguinte forma: os itens 01 e 02 da proposta em forma de resolução e o item 03 como Requerimento de Informações. A que seria Resolução 125 foi transformada em Moção dirigida ao Presidente da República. Finalizando a reunião, o Coordenador Geral pediu sugestões para a pauta da próxima reunião ordinária, sendo indicado os tempos: - Gerenciamento de Unidades de Saúde, tendo como convidado o Sindicato dos Médicos de São Paulo - Programa de Sangue, tendo como convidado o Dr. Dalton Chamon - Programa de Renda Mínima; Incorporação ao SUS do Programa de Saúde da Criança, Adolescente e Mulher na Informatização; Critérios para autorização de cursos de ensino superior; Sistema de avaliação das necessidades sociais e desdobramentos; Comercialização de medicamentos; Epidemiologia da Hanseníase; - Planejamento da eliminação da hanseníase, tendo como convidado o Dr. Gerson Fernando Mendes; Orçamento de 1995. O Coordenador Geral deu por encerrada a reunião. Estiveram presentes os conselheiros: **Ana Maria Lima Barbosa, Albaneide Maria Lima Peixinho, Antônio Mendes, Antonio Sabino dos Santos, Arlindo Fábio Gómez de Sousa, Artur Custódio Moreira de Sousa, Augusto Alves de Amorim, Carlos Kômora Vieira, Danilo Lins Cordeiro Campos, Edmundo Juarez, Ernani Vitorino Aboim, Eurípedes Balsanufu Carvalho, Francisco Ubiratam Dellape Gilson de Cássia Marques de Carvalho, José Carlos Seixas, José Justino Alves Pereira, Juan Vicente Santini, Leny May da Silva Campelo, Omilton Visconde, Ricardo Akel, Rodolfo Joaquim P. da Luz, Rosemary Lumena Berol da Costa, Zilda Arns Neumann**, e os suplentes: **Vitalina J. Batista D. da Silva, Valter Chaves Costa e Jófilo Moreira Lima Júnior**.

**Ata da Trigésima Oitava Reunião Ordinária do  
Conselho Nacional de Saúde**

**Aprovada**